

## BALANÇOS PATRIMONIAIS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

### ATIVO

Em Reais

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
<b>Circulante</b>	<b>338.916.878,64</b>	<b>247.187.740,56</b>
<b>Disponibilidades (Nota 3)</b>	<b>6.696.390,68</b>	<b>3.358.156,66</b>
Disponibilidades	6.696.390,68	3.358.156,66
<b>Aplicações em Depósitos Interfinanceiros (Nota 4)</b>	<b>18.783.695,04</b>	<b>0,00</b>
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	18.783.695,04	0,00
<b>Títulos e Valores Mobiliários (Nota 5)</b>	<b>73.198.188,18</b>	<b>61.201.913,53</b>
Títulos de Renda Fixa	73.198.188,18	45.036.066,03
Vinculado a Prestação de Garantias	0,00	16.165.847,50
<b>Relações Interfinanceiras (Nota 6)</b>	<b>42.114.973,17</b>	<b>32.888.639,51</b>
Relações com Correspondentes	-	594,14
Centralização Financeira - Cooperativas	42.114.973,17	32.888.045,37
<b>Operações de Crédito (Nota 7)</b>	<b>188.060.887,40</b>	<b>147.251.413,82</b>
Operações de Crédito	193.395.512,29	153.236.605,99
(-) Provisão Operações Crédito LÍq. Duvidosa	(5.334.624,89)	(5.985.192,17)
<b>Outros Créditos (Nota 8)</b>	<b>2.119.480,06</b>	<b>1.372.494,33</b>
Rendas a Receber	219.859,30	611.653,45
Avais e Fianças Honrados	707.568,74	64.410,84
Diversos	1.580.787,42	978.045,67
(-) Provisão Outros Crédito LÍq. Duvidosa	(388.735,40)	(281.615,63)
<b>Outros Valores e Bens (Nota 9)</b>	<b>7.943.264,11</b>	<b>1.115.122,71</b>
Outros Valores e Bens	7.451.981,37	914.356,62
(-) Provisão Para Desvalorização	(68.761,49)	(22.866,60)
Despesas Antecipadas	560.044,23	223.632,69
<b>Não Circulante</b>	<b>120.501.871,79</b>	<b>100.652.623,95</b>
<b>Realizável a Longo Prazo</b>	<b>98.494.311,08</b>	<b>80.660.064,12</b>
<b>Títulos e Valores Mobiliários (Nota 5)</b>	<b>3.243.713,48</b>	<b>18.921.937,96</b>
Títulos de Renda Fixa	3.243.713,48	18.278.821,38
Vinculado a Prestação de Garantias	0,00	643.116,58
<b>Operações de Crédito (Nota 7)</b>	<b>94.216.096,41</b>	<b>60.717.571,60</b>
Operações de Crédito	98.025.605,91	64.401.616,99
(-) Provisão Operações Crédito LÍq. Duvidosa	(3.809.509,50)	(3.684.045,39)
<b>Outros Créditos (Nota 8)</b>	<b>1.034.501,19</b>	<b>1.020.554,56</b>
Diversos	1.034.501,19	1.020.554,56
<b>Investimentos (Nota 10)</b>	<b>8.042.968,49</b>	<b>7.821.506,28</b>
No País	8.042.968,49	7.821.506,28
<b>Imobilizado de Uso (Nota 11)</b>	<b>13.964.592,22</b>	<b>12.171.053,55</b>
Imóveis de uso	11.411.947,26	9.612.116,46
Outras Imobilizações de Uso	6.468.600,46	5.420.548,68
(-) Depreciações Acumuladas	(3.915.955,50)	(2.861.611,59)
<b>Total do Ativo</b>	<b>459.418.750,43</b>	<b>347.840.364,51</b>



## **BALANÇOS PATRIMONIAIS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017**

### **PASSIVO**

Em Reais

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
<b>Circulante</b>	<b>358.545.503,56</b>	<b>281.147.910,20</b>
<b>Depósitos (Nota 12)</b>	<b>269.284.430,61</b>	<b>207.811.086,80</b>
Depósitos a Vista	54.979.934,45	42.500.482,47
Depósitos a Prazo	214.304.496,16	165.310.604,33
<b>Obrigações por Emissão Letras Crédito Agronegócio</b>	<b>5.238.802,72</b>	<b>7.557.919,88</b>
Obrigações por Emissão – LCA Pós Fixada (Nota 13)	5.238.802,72	7.557.919,88
<b>Relações Interfinanceiras (Nota 14)</b>	<b>12.520.751,00</b>	<b>36.759.397,78</b>
Repasse Interfinanceiros	12.519.909,28	36.758.968,16
Relações com Correspondentes	841,72	429,62
<b>Relações Interdependências (Nota 15)</b>	<b>1.458.686,46</b>	<b>1.230.614,04</b>
Recursos em Trânsito	1.458.686,46	1.230.614,04
<b>Obrigações Por Empréstimos (Nota 14)</b>	<b>62.173.526,47</b>	<b>23.550.422,61</b>
Empréstimos no País - Outras Instituições	62.173.526,47	23.550.422,61
<b>Outras Obrigações (Nota 16)</b>	<b>7.869.306,30</b>	<b>4.238.469,09</b>
Cobrança e Arrecadação de Trib. e Assemelhados	55.492,06	53.642,47
Sociais e Estatutárias	3.189.461,90	1.650.501,65
Fiscais e Previdenciárias	407.457,64	383.009,53
Diversas	4.216.894,70	2.151.315,44
<b>Exigível a Longo Prazo</b>	<b>33.377.121,33</b>	<b>9.785.355,10</b>
<b>Obrigações por Emissão Letras Crédito Agronegócio</b>	<b>11.056.469,53</b>	<b>108.902,24</b>
Obrigações por Emissão - LCA Pós Fixada (Nota 13)	11.056.469,53	108.902,24
<b>Relações Interfinanceiras (Nota 14)</b>	<b>21.245.213,86</b>	<b>8.655.898,30</b>
Repasse Interfinanceiros	21.245.213,86	8.655.898,30
<b>Obrigações Por Empréstimos (Nota 14)</b>	<b>40.936,75</b>	-
Empréstimos no País - Outras Instituições	40.936,75	-
<b>Outras Obrigações (Nota 16)</b>	<b>1.034.501,19</b>	<b>1.020.554,56</b>
Diversas	1.034.501,19	1.020.554,56
<b>Patrimônio Líquido (Nota 20)</b>	<b>67.496.125,54</b>	<b>56.907.099,21</b>
<b>Capital Social</b>	<b>43.090.023,57</b>	<b>39.232.620,04</b>
Capital de Domiciliados	43.140.811,90	39.250.897,26
(Capital a Realizar)	(50.788,33)	(18.277,22)
<b>Reserva de Sobras</b>	<b>18.164.629,41</b>	<b>11.421.547,15</b>
Reserva Legal	9.614.713,31	6.618.806,48
Outras	8.549.916,10	4.802.740,67
<b>Sobras ou Perdas à Disposição da Assembleia</b>	<b>6.241.472,56</b>	<b>6.252.932,02</b>
Sobras Disposição da Assembleia no Ano	6.241.472,56	6.252.932,02
<b>Total do Passivo</b>	<b>459.418.750,43</b>	<b>347.840.364,51</b>



**DEMONSTRAÇÕES DE SOBRAS OU PERDAS PARA O SEMESTRE E EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE  
DEZEMBRO DE 2018 E PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017**

**Em Reais**

Descrição	Segundo Semestre/2018	31/12/2018	31/12/2017
<b>RECEITAS(INGRESSOS) DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>25.250.078,07</b>	<b>51.096.909,41</b>	<b>45.984.896,43</b>
Operações de Crédito	22.589.457,20	45.823.091,37	39.584.924,18
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	2.660.620,87	5.273.818,04	6.399.972,25
<b>DESPESAS(DISPÊNDIOS) DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>(13.311.303,68)</b>	<b>(23.149.535,00)</b>	<b>(25.168.651,49)</b>
Operações de Captação no Mercado	(6.851.692,04)	(12.444.010,04)	(14.421.995,57)
Operações de Empréstimos, Cessões e Repasses	(2.536.673,39)	(4.999.546,23)	(4.298.241,21)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(3.922.938,25)	(5.705.978,73)	(6.448.414,71)
<b>RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>11.938.774,39</b>	<b>27.947.374,41</b>	<b>20.816.244,94</b>
<b>OUTRAS RECEITAS/DESPESAS (INGRESSOS/DISPÊNDIOS) OPERACIONAIS</b>	<b>(6.273.043,06)</b>	<b>(12.321.648,54)</b>	<b>(10.335.217,47)</b>
Receitas(Ingressos) de Prestação de Serviços	2.493.464,50	4.753.644,31	3.268.611,18
Rendas(Ingressos) de Tarifas Bancárias	2.746.601,05	5.113.685,79	4.302.103,42
Despesas(Dispêndios) de Pessoal	(5.895.640,92)	(11.327.572,35)	(10.320.825,08)
Outras Despesas(Dispêndios) Administrativas	(7.262.706,68)	(13.780.594,28)	(11.271.801,71)
Despesas(Dispêndios) Tributárias	(164.672,85)	(361.871,48)	(263.950,49)
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	-	-	-
Outras Receitas(Ingressos) Operacionais <b>(Nota 22)</b>	961.911,67	1.902.695,54	1.394.857,14
Ingressos de Depósitos Intercooperativos	2.729.585,40	4.496.599,35	3.803.380,59
Outras Despesas(Dispêndios) Operacionais <b>(Nota 23)</b>	(1.881.585,23)	(3.118.235,42)	(1.247.592,52)
Dispêndios de Depósitos Intercooperativos	-	-	-
<b>RESULTADO OPERACIONAL</b>	<b>5.665.731,33</b>	<b>15.625.725,87</b>	<b>10.481.027,47</b>
<b>RESULTADO NÃO OPERACIONAL (Nota 24)</b>	<b>109.735,47</b>	<b>113.110,11</b>	<b>31.141,53</b>
<b>RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO E PARTICIPAÇÕES</b>	<b>5.775.466,80</b>	<b>15.738.835,98</b>	<b>10.512.169,00</b>
<b>IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b>	<b>152.058,50</b>	<b>(393.183,84)</b>	<b>-</b>
Provisão para Imposto de Renda	126.982,96	-	-
Provisão para Contribuição Social	95.075,34	-	-
Participações no Lucro(Sobra)	(69.999,80)	(393.183,84)	-
<b>LUCRO/PREJUÍZO(SOBRA/PERDA)</b>	<b>5.927.525,30</b>	<b>15.345.652,14</b>	<b>10.512.169,00</b>
<b>JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO (Nota 21)</b>	<b>(2.586.385,53)</b>	<b>(2.586.385,53)</b>	<b>(1.731.245,69)</b>
<b>LUCRO/PREJUÍZO(SOBRA/PERDA) LÍQUIDO</b>	<b>3.341.139,77</b>	<b>12.759.266,61</b>	<b>8.780.923,31</b>



**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017**

**Em Reais**

<b>Eventos</b>	<b>Capital Social</b>	<b>Reserva Legal</b>	<b>Fundo de Estabilidade Financeira</b>	<b>Sobras ou Perdas Acumuladas</b>	<b>Total</b>
<b>Saldos em 31/12/2016</b>	<b>32.940.901,08</b>	<b>4.474.944,07</b>	<b>4.802.740,67</b>	<b>3.438.154,02</b>	<b>45.656.739,84</b>
Ao FATES					-
Constituição de Reservas					-
Em Conta Corrente do Associado					-
Ao Capital	3.419.972,00			(3.419.972,00)	-
Cotas de Capital à Pagar - Ex associados	18.182,00			(18.182,00)	-
Integralização/subscrição de capital	2.156.686,20				2.156.686,20
(-) Devolução de capital	(1.034.367,42)				(1.034.367,42)
Reversões de reservas					-
Integralização de Juros ao Capital	1.731.246,00				1.731.246,00
IRRF sobre Juros ao Capital					-
Sobras ou Perdas Líquidas				8.780.923,31	8.780.923,31
Realização de Despesas do FATES				911.927,43	911.927,43
F A T E S - Atos não cooperativos				(760.090,71)	(760.090,71)
F A T E S - Atos cooperativos				(535.965,60)	(535.965,60)
Reserva Legal		2.143.862,41		(2.143.862,41)	-
<b>Saldos em 31/12/2017</b>	<b>39.232.619,86</b>	<b>6.618.806,48</b>	<b>4.802.740,67</b>	<b>6.252.932,04</b>	<b>56.907.099,05</b>
Constituição de Reservas			1.250.586,40	(1.250.586,40)	-
Em Conta Corrente do Associado				(4.898.860,43)	(4.898.860,43)
Ao Capital	75.996,44			(75.996,44)	-
Cotas de Capital à Pagar - Ex associados	27.488,75			(27.488,75)	-
Integralização/subscrição de capital	3.137.277,17				3.137.277,17
(-) Devolução de capital	(1.969.744,36)				(1.969.744,36)
Reversões de reservas					0,00
Integralização de Juros ao Capital	2.586.385,53				2.586.385,53
IRRF sobre Juros ao Capital					-
Sobras ou Perdas Líquidas				12.759.266,61	12.759.266,61
Realização de Despesas do FATES				1.168.610,12	1.168.610,12
F A T E S - Atos não cooperativos				(1.444.931,60)	(1.444.931,60)
F A T E S - Atos cooperativos				(748.976,71)	(748.976,71)
Reserva Legal		2.995.906,83		(2.995.906,83)	-
Reservas de Sobras - Outras			2.496.589,03	(2.496.589,03)	-
<b>Saldos em 31/12/2018</b>	<b>43.090.023,39</b>	<b>9.614.713,31</b>	<b>8.549.916,10</b>	<b>6.241.472,58</b>	<b>67.496.125,38</b>

**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA O SEMESTRE E EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017**

Em Reais

DESCRIÇÃO	Segundo Semestre/2018	31/12/2018	31/12/2017
<b>Atividades Operacionais</b>			
<b>Sobras/Perdas do Exercício</b>	<b>5.775.466,80</b>	<b>15.738.835,98</b>	<b>10.512.169,00</b>
IRPJ / CSLL	222.058,30	-	-
Participações no Lucro(Sobra)	(69.999,80)	(393.183,84)	-
Provisão para Operações de Crédito	2.205.101,27	(525.103,17)	1.264.399,60
Provisão de Juros ao Capital	(2.586.385,53)	(2.586.385,53)	(1.731.245,69)
Depreciações e Amortizações	545.049,30	1.054.343,91	323.028,79
	<b>6.091.290,34</b>	<b>13.288.507,35</b>	<b>10.368.351,70</b>
<b>Aumento (redução) em ativos operacionais</b>			
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez			-
Títulos e Valores Mobiliários	(6.207.720,48)	4.770.898,55	7.160.876,19
Operações de Crédito	(83.160.593,11)	(73.782.895,22)	(28.441.753,89)
Outros Créditos	(279.194,60)	(760.932,36)	(874.523,26)
Outros Valores e Bens	(5.294.200,08)	(6.828.141,40)	(288.403,77)
<b>Aumento (redução) em passivos operacionais</b>			
Depósitos a Vista	(20.367.643,10)	12.479.451,98	14.647.692,72
Depósitos sob Aviso	(119.781,11)	(131.070,12)	(58.800,39)
Depósitos a Prazo	2.570.911,35	49.124.961,95	19.666.342,95
Obrigações por Emissão de Letras de Crédito do Agronegócio	5.203.336,63	8.628.450,13	7.365.312,35
Outras Obrigações	2.881.536,15	3.644.783,84	(363.200,20)
Relações Interdependências	1.458.081,98	228.072,42	1.230.398,83
Relações Interfinanceiras	9.054.971,71	(11.649.331,22)	(2.291.205,90)
Obrigações por Empréstimos e Repasses	27.291.310,13	38.664.040,61	18.081.241,96
<b>Caixa Líquido Aplicado em Atividades Operacionais</b>	<b>(60.877.694,19)</b>	<b>37.676.796,51</b>	<b>46.202.329,29</b>
<b>Atividades de Investimentos</b>			
Investimento	-	(221.462,21)	(1.681.793,56)
Imobilizações de Uso	(1.267.273,64)	(2.847.882,58)	(413.567,32)
<b>Caixa Líquido Aplicado / Originado em Investimentos</b>	<b>(1.267.273,64)</b>	<b>(3.069.344,79)</b>	<b>(2.095.360,88)</b>
<b>Atividades de Financiamentos</b>			
Aumento por novos aportes de Capital	3.896.778,25	5.723.662,70	3.887.932,36
Devolução de Capital à Associados	(1.223.694,60)	(1.969.744,36)	(1.034.367,42)
Destinação de Sobras Exercício Anterior em C/C Associados		(4.898.860,43)	-
FATES - Resultado de Atos Não Cooperativos	(1.444.931,60)	(1.444.931,60)	(760.090,71)
FATES Sobras Exercício	(748.976,71)	(748.976,71)	(535.965,60)
Absorção de Despesas - Fates	1.168.610,12	1.168.610,12	911.927,43
<b>Caixa Líquido Aplicado / Originado em Financiamentos</b>	<b>1.647.785,46</b>	<b>(2.170.240,28)</b>	<b>2.469.436,06</b>
<b>Aumento /Redução Líquida de Caixa e Equivalente de Caixa</b>	<b>(60.497.182,37)</b>	<b>32.437.211,44</b>	<b>46.576.404,47</b>
No Início do Período	174.223.236,64	81.288.842,83	34.712.438,36
No Fim do Período (Nota 03)	113.726.054,27	113.726.054,27	81.288.842,83
<b>Variação Líquida de Caixa e Equivalente de Caixa</b>	<b>60.497.182,37</b>	<b>(32.437.211,44)</b>	<b>(46.576.404,47)</b>



## COOPERATIVA DE CRÉDITO DO NORTE CATARINENSE E SUL PARANAENSE SICOOB CREDINORTE

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017.

A **COOPERATIVA DE CRÉDITO DO NORTE CATARINENSE E SUL PARANAENSE SICOOB CREDINORTE - SICOOB CREDINORTE**, é uma cooperativa de crédito singular, instituição financeira não bancária, fundada em **09/02/1989**, filiada à **CCC DE SANTA CATARINA E RIO GRANDE DO SUL – SICOOB CENTRAL SC/RS** e componente da Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO, em conjunto com outras cooperativas singulares e centrais. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, pela Lei nº 5.764/1971, que define a Política Nacional do Cooperativismo, pela Lei Complementar nº 130/2009, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e pela Resolução CMN nº 4.434/2015, do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de cooperativas de crédito.

O **SICOOB CREDINORTE** possui **9** Postos de Atendimento (PAs) nas seguintes localidades: **MAFRA - SC, ITAIÓPOLIS - SC, RIO NEGRO - PR, CAMPO ALEGRE - SC, SÃO BENTO DO SUL - SC, RIO NEGRINHO - SC, JARAGUÁ DO SUL - SC, PIÊN - PR.**

O **SICOOB CREDINORTE** tem como atividade preponderante a operação na área creditícia, tendo como finalidade:

- (i) Proporcionar, através da mutualidade, assistência financeira aos associados;
- (ii) A formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, através da ajuda mútua da economia sistemática e do uso adequado do crédito; e
- (iii) Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações dentre outras: captação de recursos, concessão de créditos, prestação de garantias, prestação de serviços, formalização de convênios com outras instituições financeiras e aplicação de recursos no mercado financeiro, inclusive depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

#### 1. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN, considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente àquelas aplicáveis às entidades Cooperativas, a Lei do Cooperativismo nº 5.764/71 e normas e instruções do BACEN, apresentadas conforme Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, e sua emissão foi autorizada pela Diretoria Executiva em 15/02/2019.

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para contabilizar determinados ativos e passivos entre outras transações. As demonstrações contábeis da Cooperativa incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à seleção das vidas úteis dos bens do ativo imobilizado, às provisões necessárias para causas judiciais, entre outras. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

Em função do processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo BACEN, naquilo que não confrontar com as normas por ele já emitidas anteriormente. Os pronunciamentos contábeis já aprovados, por meio das Resoluções do CMN, foram aplicados integralmente na elaboração destas Demonstrações Contábeis.



## **2. Resumo das principais práticas contábeis**

### **a) Apuração do resultado**

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registrados de acordo com o regime de competência.

As receitas com prestação de serviços, típicas ao sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais, são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

### **b) Estimativas contábeis**

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para determinar o valor de certos ativos, passivos e outras transações considerando a melhor informação disponível. Incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisões para causas judiciais, dentre outros. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

### **c) Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução CMN nº 3.604/2008, incluem as rubricas caixa, depósitos bancários e as relações interfinanceiras de curto prazo e de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

### **d) Aplicação em Títulos e Valores Mobiliários**

As aplicações financeiras a serem mantidas até o seu vencimento são demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

### **e) Operações de crédito**

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas por critério "*pro rata temporis*", com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

### **f) Provisão para operações de crédito**

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

As Resoluções CMN nº 2.697/2000 e 2.682/1999 estabeleceram os critérios para classificação das operações de crédito definindo regras para constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo).

### **g) Depósitos em garantia**

Existem situações em que a cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações em que figura como polo passivo. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.



#### **h) Investimentos**

Representados substancialmente por quotas do **SICOOB CENTRAL SC/RS** e ações do Bancoob, avaliadas pelo método de custo de aquisição.

#### **l) Imobilizado**

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos, benfeitorias em imóveis de terceiros e softwares, são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear para reduzir o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas aplicáveis e levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

#### **j) Obrigações por empréstimos e repasses**

As obrigações por empréstimos e repasses são reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos da transação. Em seguida, os saldos dos empréstimos tomados são acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (*"pro rata temporis"*), assim como das despesas a apropriar referente aos encargos contratados até o final do contrato, quando calculáveis.

#### **k) Demais ativos e passivos**

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço. Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

#### **l) Provisões**

São reconhecidas quando a cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

#### **m) Passivos contingentes**

São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações contábeis e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

#### **n) Obrigações legais**

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou outro instrumento fundamentado em lei, aos quais a Cooperativa tem por diretriz.

#### **o) Imposto de renda e contribuição social**

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro são calculados sobre o resultado apurado em operações consideradas como atos não-cooperativos de acordo com o Decreto 3.000/1999, art. 183. O resultado apurado em operações realizadas com cooperados não tem incidência de tributação conforme art. 182 do mesmo Decreto.

#### **p) Segregação em circulante e não circulante**





Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

#### q) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações contábeis encerradas em **31 de dezembro de 2018**.

### 3. Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa compreendem:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Caixa e depósitos bancários	6.696.390,68	3.358.156,66
Aplicações interfinanceiras de liquidez	18.783.695,04	0
Títulos e Valores Mobiliários	46.130.995,38	45.042.046,66
Relações interfinanceiras - centralização financeira	42.114.973,17	32.888.045,37
<b>TOTAL</b>	<b>113.726.054,27</b>	<b>81.288.248,69</b>

### 4. Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

Em **31 de dezembro de 2018 e 2017**, as aplicações interfinanceiras de liquidez estavam assim compostas:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Aplicações interfinanceiras de liquidez	18.783.695,04	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>18.783.695,04</b>	<b>0,00</b>

### 5. Títulos e Valores Mobiliários

Em **31 de dezembro de 2018 e 2017**, as aplicações em Títulos e Valores Mobiliários estavam assim compostas:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Título De Renda Fixa	76.441.901,66	63.314.887,41
Vinculados a Prestação de Garantias	0,00	16.808.964,08
<b>TOTAL</b>	<b>76.441.901,66</b>	<b>80.123.851,49</b>

Os Títulos de Renda Fixa referem-se, substancialmente, a aplicações em Certificados de Depósitos Interbancários – CDI, no **SICOOB CENTRAL SC/RS**, com remuneração de, aproximadamente 101% do CDI.

### 6. Relações Interfinanceiras

Em **31 de dezembro de 2018**, as aplicações em Relações Interfinanceiras estavam assim compostas:



Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Correspondentes no País	0,00	594,14
Centralização Financeira - Cooperativas	42.114.973,17	32.888.045,37
<b>TOTAL</b>	<b>42.114.973,17</b>	<b>32.888.639,51</b>

(a) Referem-se à centralização financeira das disponibilidades líquidas da Cooperativa, depositadas junto ao **SICOOB CENTRAL SC/RS** conforme determinado no art. 24, da Resolução CMN nº 4.434/2015.

## 7. Operações de Crédito

a) Composição da carteira de crédito por modalidade:

Modalidade	31/12/2018			31/12/2017
	Circulante	Não Circulante	Total	
Adiantamento a Depositante	285.371,28	-	<b>285.371,28</b>	169.254,12
Empréstimos	76.688.891,51	48.730.426,03	<b>125.419.317,54</b>	100.657.137,13
Títulos Descontados	14.044.956,85	-	<b>14.044.956,85</b>	13.896.651,76
Financiamentos	19.568.122,85	29.265.587,87	<b>48.833.710,72</b>	28.509.949,05
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	82.808.169,80	20.029.592,01	<b>102.837.761,81</b>	74.405.230,92
	193.395.512,29	98.025.605,91	<b>291.421.118,20</b>	217.638.222,98
(-) Provisões para Operações de Crédito	(5.334.624,89)	(3.809.509,50)	<b>(9.144.134,39)</b>	(9.669.235,88)
<b>TOTAL</b>	<b>188.060.887,40</b>	<b>94.216.096,41</b>	<b>282.276.983,81</b>	<b>207.968.987,10</b>

b) Composição por tipo de operação, e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível / Percentual de Risco / Situação			Enpréstimo / TD	D/ Cheque Espec / Conta Garantida	Financiamentos	Financiamentos Rurais	Total em 31/12/2018	Provisões 31/12/2018	Total em 31/12/2017	Provisões 31/12/2017
AA	-	Normal	6.059.992,80	6.517,40	118.253,18	0	6.184.763,38		10.824.294,32	0
AA	-	Vencidas							235.160,45	0
A	0,50%	Normal	53.280.294,58	575.010,67	16.530.094,64	34.135.547,78	104.520.947,67	-522.604,74	93.682.061,28	-468.410,31
B	1%	Normal	58.908.882,54	2.510.917,56	28.998.894,00	65.176.848,47	155.595.542,57	-1.555.955,43	93.436.134,34	-934.361,34
B	1%	Vencidas	273.832,10	32.481,38	85.908,01	75.266,17	467.487,66	-4.674,88	1.160.430,70	-11.604,31
C	3%	Normal	4.904.818,25	386.091,16	1.669.001,95	2.503.678,61	9.463.589,97	-283.907,70	4.646.986,14	-139.409,58
C	3%	Vencidas	1.091.099,97	82.240,66	201.140,25	3.859,55	1.378.340,43	-41.350,21	1.117.868,19	-33.536,05
D	10%	Normal	2.056.952,06	120.997,43	445.059,39	322.015,38	2.945.024,26	-294.502,43	1.663.688,87	-166.368,89
D	10%	Vencidas	780.158,56	83.199,54	103.762,53	772,76	967.893,39	-96.789,34	1.116.704,44	-111.670,44
E	30%	Normal	1.368.754,99	47.697,11	227.021,22	243.585,80	1.887.059,12	-566.117,74	1.393.725,47	-418.117,64
E	30%	Vencidas	1.141.337,95	67.634,82	267.920,11	0	1.476.892,88	-443.067,86	334.982,92	-100.494,88
F	50%	Normal	1.140.379,00	14.903,13	16.599,25	0	1.171.881,38	-585.940,69	480.868,02	-240.434,01
F	50%	Vencidas	645.243,90	50.144,60	11.878,92	0	707.267,42	-353.633,71	426.051,06	-213.025,53
G	70%	Normal	332.109,50	1.925,66	0	173.099,99	507.135,15	-354.994,61	659.579,33	-461.705,53
G	70%	Vencidas	287.785,15	40.059,63	11.591,69	16.226,20	355.662,67	-248.963,87	298.633,58	-209.043,51
H	100%	Normal	1.511.813,69	5.707,79	14.019,48	13.906,33	1.545.447,29	-1.545.447,29	1.525.479,58	-1.525.479,58
H	100%	Vencidas	1.840.694,03	99.968,06	132.566,10	172.954,77	2.246.182,96	-2.246.182,96	4.635.574,29	-4.635.575,96
<b>Total Normal</b>			<b>129.563.997,41</b>	<b>3.669.767,91</b>	<b>48.018.943,11</b>	<b>102.568.682,36</b>	<b>283.821.390,79</b>	<b>-5.709.470,63</b>	<b>208.312.817,35</b>	<b>-4.354.286,88</b>
<b>Total Vencidos</b>			<b>6.060.151,66</b>	<b>455.728,69</b>	<b>814.767,61</b>	<b>269.079,45</b>	<b>7.599.727,41</b>	<b>-3.434.662,83</b>	<b>9.325.405,63</b>	<b>-5.314.950,68</b>
<b>Total Geral</b>			<b>135.624.149,04</b>	<b>4.125.496,60</b>	<b>48.833.710,72</b>	<b>102.837.761,81</b>	<b>291.421.118,20</b>	<b>-9.144.133,46</b>	<b>217.638.222,98</b>	<b>-9.669.237,56</b>
<b>Provisões</b>			<b>-6.754.090,53</b>	<b>-264.967,69</b>	<b>-801.906,13</b>	<b>-1.323.169,06</b>	<b>-9.144.133,44</b>		<b>-9.669.237,56</b>	
<b>Total Líquido</b>			<b>128.870.058,51</b>	<b>3.860.528,91</b>	<b>48.031.804,59</b>	<b>101.514.592,75</b>	<b>282.276.984,76</b>		<b>207.968.985,42</b>	

O Sicoob Confederação, a partir de outubro/2018, implementou melhorias em suas metodologias internas de avaliação do risco de crédito de associados. As melhorias realizadas tem por objetivo o aperfeiçoamento do referido processo, em linha com os normativos regulatórios do Banco Central do Brasil – BCB.

c) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento:



Descrição	Até 90	De 91 até 360	Acima de 360	Total
Empréstimos	16.597.715,35	60.376.547,44	48.730.426,03	125.704.688,82
Títulos Descontados	12.915.221,19	1.129.735,66		14.044.956,85
Financiamentos	3.624.264,50	15.943.858,35	29.265.587,87	48.833.710,72
Financiamentos Rurais	16.107.543,87	66.700.625,93	20.029.592,01	102.837.761,81
<b>TOTAL</b>	<b>36.329.523,72</b>	<b>143.021.031,72</b>	<b>98.025.605,91</b>	<b>291.421.118,20</b>

d) Composição da carteira de crédito por tipo de produto, cliente e atividade econômica:

Descrição	Conta Corrente	Empréstimo / Financiamento	Título Descontado	Crédito Rural	31/12/2018	% da Carteira
Setor Privado - Comércio	250.996,20	7.398.739,05	932.556,35	4.029.627,89	12.611.919,49	4%
Setor Privado - Indústria	72.057,50	3.919.465,61	902.707,49	0,00	4.894.230,60	2%
Setor Privado - Serviços	2.266.051,87	61.360.294,28	10.192.035,27	0,00	73.818.381,42	25%
Pessoa Física	1.535.980,79	89.547.943,71	1.977.207,12	98.604.647,88	191.665.779,50	66%
Outros	410,24	8.186.460,29	40.450,62	203.486,04	8.430.807,19	3%
<b>TOTAL</b>	<b>4.125.496,60</b>	<b>170.412.902,94</b>	<b>14.044.956,85</b>	<b>102.837.761,81</b>	<b>291.421.118,20</b>	<b>100%</b>

e) Movimentação de Créditos Baixados Como Prejuízo:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
<b>Saldo Inicial</b>	<b>16.428.630,90</b>	<b>12.536.989,42</b>
Valor das operações transferidas no período	5.316.746,49	5.280.394,38
Valor das operações recuperadas no período	(2.540.023,72)	(1.388.752,90)
<b>TOTAL</b>	<b>19.205.353,67</b>	<b>16.428.630,90</b>

f) Operações renegociadas:

Durante o exercício de **2018**, a cooperativa procedeu à renegociação de operações de crédito no montante total de R\$ 12.265.539,39, compreendendo as composições de dívidas, prorrogações, novações de créditos e as concessões de novas operações de crédito para liquidação parcial ou total de operações anteriores.

## 8. Outros créditos

Valores referentes às importâncias devidas a Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, conforme demonstrado:

Modalidade	31/12/2018	31/12/2017
Avais e Fianças Honrados	219.859,30	64.410,84
Rendas a Receber	707.568,74	611.653,45
Diversos	2.615.288,61	1.998.600,23
(-) Provisões para Outros Créditos	(388.735,40)	(281.615,63)
<b>TOTAL</b>	<b>3.153.981,25</b>	<b>2.393.048,89</b>

(a) Substancialmente representado por Devedores por Depósitos em Garantia referente a depósitos judiciais para: PIS sobre Atos Cooperativos (R\$ 118.684,88), COFINS sobre Atos Cooperativos (R\$ 915.816,31).

## 9. Outros valores e bens

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Bens Não de Uso Próprio	7.309.755,38	755.638,38
Material em Estoque	142.225,99	158.718,24
(Provisões para Desvalorizações)	(68.761,49)	(22.866,60)
Despesas Antecipadas	560.044,23	223.632,69
<b>TOTAL</b>	<b>7.943.264,11</b>	<b>1.115.122,71</b>

(a) Em Bens Não de Uso Próprio está registrado o valor referente aos bens recebidos como dação em pagamento de dívidas, não estando sujeitos a depreciação ou correção.

COOPERATIVA DE CRÉDITO DO NORTE CATARINENSE E SUL PARANAENSE - SICOOB CREDINORTE

Av. Prefeito Frederico Heyse, 356 – Centro – 89.300-000 - Mafra – SC

Tel.: (47) 3641-3700 – www.credinorte.com.br



(b) Refere-se a provisões constituídas com base em laudos atualizados de avaliação dos bens.

(c) Registram-se ainda no grupo, as despesas antecipadas, referentes aos prêmios de seguros, contribuição cooperativista e outros.

## 10. Investimentos

O saldo é, substancialmente, representado por quotas do **SICOOB CENTRAL SC/RS** e ações do BANCOOB.

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Participações em cooperativa central de crédito	7.117.491,56	7.006.488,16
Participações inst financ controlada coop crédito	925.476,93	815.018,12
<b>TOTAL</b>	<b>8.042.968,49</b>	<b>7.821.506,28</b>

## 11. Imobilizado de uso

Demonstrado pelo custo de aquisição, menos depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado conforme abaixo:

Descrição	Taxa Depreciação	31/12/2018	31/12/2017
Terrenos		2.713.864,86	898.602,06
Edificações	4%	8.698.082,40	8.713.514,40
(-) Depreciação Acum. Imóveis de Uso - Edificações		(946.883,68)	(599.857,02)
Instalações	10%	300.257,38	207.708,24
(-) Depreciação Acumulada de Instalações		(92.620,76)	(72.218,54)
Móveis e equipamentos de Uso	10%	2.422.528,39	2.048.535,26
(-) Depreciação Acum. Móveis e Equipamentos de Uso		(712.596,42)	(505.550,99)
Sistema de Comunicação	20%	55.545,12	53.966,63
Sistema de Processamento de Dados	20%	2.222.598,64	1.795.614,66
Sistema de Segurança	10%	647.010,34	567.041,29
Sistema de Transporte	20%	820.660,59	747.682,60
(-) Depreciação Acum. Outras Imobilizações de Uso		(2.163.854,64)	(1.683.985,04)
<b>TOTAL</b>		<b>13.964.592,22</b>	<b>12.171.053,55</b>

## 12. Depósitos

É composto de valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, denominado de depósitos a vista, portanto sem prazo determinado para movimentá-lo, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

É composto também por valores pactuados para disponibilidade em prazos pré- estabelecidos, denominados depósitos a prazo, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós ou pré- fixada. Suas remunerações pós fixadas são calculadas com base no critério de "Pro rata temporis"; já as remunerações pré-fixadas são calculadas e registradas pelo valor futuro, com base no prazo final das operações, ajustadas, na data do demonstrativo contábil, pelas despesas a apropriar, registradas em conta redutora de depósitos a prazo.

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Depósito à Vista	54.979.934,45	42.500.482,47
Depósito Sob Aviso	3.637.189,48	3.768.259,60
Depósito a Prazo	210.667.306,68	161.542.344,73
<b>TOTAL</b>	<b>269.284.430,61</b>	<b>207.811.086,80</b>

Os depósitos, até o limite de R\$ 250 mil (duzentos e cinquenta mil reais), por CPF/CNPJ, estão garantidos pelo Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), o qual é uma associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, regida pelo presente



Estatuto e pelas disposições legais e regulamentares aplicáveis, conforme, constituído conforme Resoluções CMN nº4.284/2013. As instituições associadas são todas as Cooperativas Singulares de Crédito e os Bancos Cooperativos.

### 13. Obrigações por Emissão Letras Crédito Agronegócio

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Obrigações por Emissão Letras Crédito Agronegócio	16.295.272,25	7.666.822,12
<b>TOTAL</b>	<b>16.295.272,25</b>	<b>7.666.822,12</b>

### 14. Obrigações por empréstimos e repasses

São demonstradas pelo valor principal acrescido de encargos financeiros e registram os recursos captados junto a outras instituições financeiras para repasse aos associados em diversas modalidades e Capital de Giro. As garantias oferecidas são a caução dos títulos de créditos dos associados beneficiados.

Instituições	Vencimento	31/12/2018	31/12/2017
Cooperativa Central	Diversos	62.214.463,22	23.550.422,61
Recursos do BANCOOB	Diversos	38.006.460,56	47.750.135,20
(-) Despesa a apropriar BANCOOB		(4.241.337,42)	(2.335.268,74)
<b>TOTAL</b>		<b>95.979.586,36</b>	<b>68.965.289,07</b>

### 15. Relações Interdependências

Os recursos de terceiros que estão com a cooperativa são registrados nessa conta para posterior repasse aos associados, por sua ordem.

Descrição	2018	2017
Ordens de Pagamento	1.458.526,74	1.230.614,04
Recebimentos em Trânsito de Terceiros	159,72	108,35
<b>TOTAL</b>	<b>1.458.686,46</b>	<b>1.230.722,39</b>

(a) Trata-se de cheques emitidos contra a ordem de terceiros. Esses valores eram contabilizados no grupo de credores diversos e foram reclassificados, para melhor adequação contábil.

### 16. Outras Obrigações

Descrição	2018	2017
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	55.492,06	53.642,47
Sociais e Estatutárias	3.189.461,90	1.650.501,65
Fiscais e Previdenciárias	407.457,64	383.009,53
Diversas	5.251.395,89	3.171.870,00
<b>TOTAL</b>	<b>8.903.807,49</b>	<b>5.259.023,65</b>

#### 16.1 Sociais e Estatutárias



Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Resultado de Atos com Associados (a)	748.976,71	535.965,63
Resultado de Atos com Não Associados (a)	1.578.840,61	766.553,50
Cotas de Capital a Pagar (b)	861.644,58	347.982,52
<b>TOTAL</b>	<b>3.189.461,90</b>	<b>1.650.501,65</b>

(a) O FATES é destinado às atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e 6% das sobras líquidas do ato cooperativo, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

(b) Refere-se às cotas de capital a devolver de associados desligados.

## 16.2 Fiscais e Previdenciárias

As obrigações fiscais e previdenciárias, classificadas no passivo na conta de Outras Obrigações estão assim compostas:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Impostos e contribuições a recolher	407.457,64	383.009,53
<b>TOTAL</b>	<b>407.457,64</b>	<b>383.009,53</b>

## 16.3 Diversas

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Obrigações por Operações Vinculadas a Cessão	0,00	7.378,94
Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos	12.181,90	8.463,33
Obrigações por Prestação de Serviços de Pagamento	525.314,49	270.569,21
Provisão para Pagamentos a Efetuar (a)	2.034.941,84	1.574.464,42
Provisão para Passivos Contingentes (vide nota 17)	1.034.501,19	1.020.554,56
Provisão para Garantias Financeiras Prestadas	119.313,95	96.406,21
Credores Diversos – País (b)	1.525.142,52	194.033,33
<b>TOTAL</b>	<b>5.251.395,89</b>	<b>3.171.870,00</b>

(a) Deste saldo, R\$1.145.686,35 refere-se a provisão para pagamento a efetuar com despesas de pessoal.

(b) Deste saldo, R\$ 728.000,00 refere-se a acordo judicial a pagar e R\$ 596.854,68 a pendências a regularizar Bancoob.

## 17. Provisão para Demandas Judiciais

É estabelecida considerando a avaliação dos consultores jurídicos quanto às chances de êxito em determinados questionamentos fiscais e trabalhistas em que a Cooperativa é parte envolvida. Dessa forma, são constituídas as seguintes provisões:

Descrição	31/12/2018		31/12/2017	
	Provisão para Contingencias	Depósitos Judiciais	Provisão para Contingencias	Depósitos Judiciais
Para Interposição de Recursos Fiscais - Lei 9.703/98	1.034.501,19	1.034.501,19	1.020.554,56	1.020.554,56
<b>TOTAL</b>	<b>1.034.501,19</b>	<b>1.034.501,19</b>	<b>1.020.554,56</b>	<b>1.020.554,56</b>

PIS e COFINS - quando do advento da Lei nº 9.718/1998, a cooperativa entrou com ação judicial questionando a legalidade da inclusão de seus ingressos decorrentes de atos cooperados na base de cálculo





do PIS e COFINS, sendo que os valores equivalentes foram depositados em juízo e estão contabilizados na rubrica Depósitos em Garantia.

## 18. Instrumentos financeiros

O **SICOOB CREDINORTE** opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, aplicações interfinanceiras de liquidez, títulos e valores mobiliários, relações interfinanceiras, operações de crédito, depósitos à vista e a prazo, empréstimos e repasses.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos.

## 19. Coobrigações e Riscos em Garantias Prestadas

Em **31 de dezembro de 2018**, a Cooperativa é responsável por coobrigações e riscos em garantias prestadas, no montante de R\$ 12.050.437,29, referentes a aval prestado em diversas operações de crédito de seus associados com instituições financeiras oficiais.

## 20. Patrimônio Líquido

### a) Capital Social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 cada e integralizado por seus cooperados. De acordo com o Estatuto Social cada cooperado tem direito em a um voto, independentemente do número de suas cotas-partes.

No exercício de **2018**, a Cooperativa aumentou seu capital social no montante de **R\$ 3.857.403,53** (Três milhões, oitocentos e cinquenta e sete mil, quatrocentos e três reais e cinquenta e três centavos).

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Capital Social	43.090.023,57	39.232.620,04
Associados	28.515	25.913

### b) Reserva Legal

Representada pelas destinações estatutárias das sobras, no percentual de 24%, utilizada para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas Atividades.

### c) Fundo de Estabilidade Financeira – F.E.F

Representada pelas destinações estatutárias das sobras, no percentual de 20%, utilizada para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas Atividades.

### d) Sobras Acumuladas

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 23 de março de 2018, os cooperados deliberaram pelo aumento do capital social com sobra do exercício findo em **31 de dezembro de 2017**, no valor de R\$ 75.996,44 (**Setenta e cinco mil, novecentos e noventa e seis reais e quarenta e quatro centavos**).

### e) Destinações estatutárias e legais



A sobra líquida do exercício terá a seguinte destinação:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
01. Resultado Depois tributação sobre o lucro	15.345.652,14	10.158.100,26
02. Remuneração sobre o Capital Próprio	(2.586.385,53)	(1.377.176,95)
<b>03. Sobras Líquidas do Período (1+2)</b>	<b>12.759.266,61</b>	<b>8.780.923,31</b>
<b>04. (+/-) Demais Resultados Abrangentes (3+4)</b>	<b>1.168.610,12</b>	<b>911.927,43</b>
(+) Realização do FATES	1.168.610,12	911.927,43
<b>05. Resultado Abrangente do Período (3+4)</b>	<b>13.927.876,73</b>	<b>9.692.850,74</b>
(-) FATES Resultado com Não Associados	(1.444.931,60)	(760.090,71)
(-) FATES	(748.976,71)	(535.965,60)
(-) Reserva Legal	(2.995.906,83)	(2.143.862,41)
(-) Fundo de Estabilidade Financeira FEF	(2.496.589,03)	-
<b>06. Sobras à disposição da Assembleia Geral</b>	<b>6.241.472,56</b>	<b>6.252.932,02</b>

## 21. Provisão de Juros ao Capital

A Cooperativa pagou juros ao capital próprio, visando remunerar o capital do associado. Os critérios para a provisão obedeceram à Lei Complementar 130, artigo 7º, de 17 de abril de 2009. A remuneração foi de 100% da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC conforme aprovado pelo Conselho de Administração na Ata nº 351 do dia 18 de dezembro de 2018. A referida provisão foi demonstrada na Demonstração de Sobras ou Perdas – DSP e na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL, conforme Circular BACEN nº 2.739/1997.

## 22. Outros Ingressos/Rendas Operacionais

Descrição	2018	2017
Recuperação de Encargos e Despesas	76.533,27	46.531,93
Reversão De Provisão Para Garantias Prestadas	228.342,11	49.606,56
Rendas Juros Cartão De Crédito	352.431,40	159.876,84
Rendas Multas Por Atraso - Cartão De Crédito	49.247,22	25.256,89
Crédito Receita SIPAG - Faturamento	197.007,57	160.084,85
Crédito Receita Sipag - Antecipação	372.824,95	234.523,54
Rendas Intercâmbio - Cartão De Crédito	148.710,99	-
Rendas Intercâmbio - Cartão De Débito	246.308,82	-
Dividendos	110.455,43	102.657,18
Distribuição De Sobras Da Central	111.003,40	-
Outras Rendas Operacionais	9.830,38	616.319,35
<b>TOTAL</b>	<b>1.902.695,54</b>	<b>1.394.857,14</b>

### 22.1 Ingressos da Intermediação Financeira

Descrição	2018	2017
Rendas de Adiantamentos a Depositantes	270.730,70	235.034,34
Rendas de Empréstimos	25.909.700,41	22.471.867,79
Rendas de Direitos Creditórios Descontados	2.936.064,35	3.318.432,57
Rendas de Financiamentos	7.874.714,27	6.579.296,46
Rendas Financiamentos Rurais - Aplicações Livres	-	620.245,56
Rendas de Financiamentos Rurais - Aplicações com Recursos Livres	1.334.298,20	987.357,95
Rendas de Financiamentos Rurais - Aplic. com Recursos Direcionados à vista (obrigatórios)	3.091.332,16	1.086.212,01
Rendas de Financiamentos Rurais - Aplic. com Recursos Direcionados da Poupança Rural	1.745.921,84	744.215,43
Rendas de Financiamentos Rurais - Aplic. com Recursos Direcionados de LCA	120.305,72	49.411,97
Rendas de Financiamentos Rurais - Aplicações com Recursos de Fontes Públicas	-	24.130,78

COOPERATIVA DE CRÉDITO DO NORTE CATARINENSE E SUL PARANAENSE - SICOOB CREDINORTE

Av. Prefeito Frederico Heyse, 356 – Centro – 89.300-000 - Mafra – SC

Tel.: (47) 3641-3700 – www.credinorte.com.br



Rendas Financ Rurais - Aplic Repassadas e Refinanc	-	2.079.289,20
Rendas de Financiamentos Agroindustriais	-	677,22
Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	219.185,33	-
Rendas de Títulos de Renda Fixa	5.054.632,71	6.399.972,25
Recuperação de Créditos Baixados Como Prejuízo	2.540.023,72	1.388.752,90
<b>TOTAL</b>	<b>51.096.909,41</b>	<b>45.984.896,43</b>

### 23. Outros dispêndios/despesas operacionais

Descrição	2018	2017
Despesas de Cessão de Operações de Crédito	(395.092,57)	(371.889,08)
Despesas de Recursos do Proagro	(1.135,74)	-
Cancelamento de Tarifas Pendentes	(398.879,20)	(353.344,71)
Provisão para Passivos Trabalhistas	(9.973,16)	-
Despesas com Correspondentes Cooperativos	(13.796,10)	-
Contrib. ao Fundo Ressarc. Fraudes Externas	(4.609,40)	(10.897,25)
Contrib. ao Fundo Ressarc. Perdas Operacionais	(2.794,53)	(6.843,92)
Contrib. ao Fundo Tecnologia da Informação	(324.523,16)	-
Outras Despesas Operacionais	(1.716.181,71)	(363.428,38)
Garantias Financeiras Prestadas	(251.249,85)	(141.189,18)
<b>TOTAL</b>	<b>(3.118.235,42)</b>	<b>(1.247.592,52)</b>

#### 23.1 Dispêndios da Intermediação Financeira

Descrição	2018	2017
Despesas De Captação	(12.444.010,04)	(14.421.995,57)
Despesas De Obrigações Por Empréstimos E Repasses	(4.999.546,23)	(4.298.241,21)
Provisões para Operações de Credito	(11.097.508,11)	(6.394.968,67)
Provisões para Outros Créditos	(223.437,96)	(135.772,62)
Operações de Credito de Liquidação Duvidosa	5.572.080,41	-
Outros Créditos de Liquidação Duvidosa	42.886,93	82.326,58
<b>TOTAL</b>	<b>(23.149.535,00)</b>	<b>(25.168.651,49)</b>

### 24. Resultado não operacional

Descrição	2018	2017
Lucro em Transações com Valores de Bens	110.428,24	142.347,54
Ganhos de Capital	24.696,05	5.402,48
Outras Rendas não Operacionais	0,00	5.989,00
(-) Prejuízos em Transações com Valores e Bens	(4.645,36)	(13.461,22)
(-) Perdas de Capital	(10.437,09)	(105.064,27)
(-) Outras Despesas não Operacionais	(6.931,73)	(4.072,00)
<b>Resultado Líquido</b>	<b>113.110,11</b>	<b>31.141,53</b>

### 25. Partes Relacionadas

As partes relacionadas existentes são as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas.

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.

As operações com tais partes relacionadas não são relevantes no contexto global das operações da cooperativa, e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações,



com observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.

As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

Operações ativas e passivas – saldo em **2018**:

Natureza da Operação de Crédito	Valor da Operação de Crédito	PCLD (Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa)	% da Operação de Crédito em Relação à Carteira Total
Cheque Especial	797,89	7,98	0%
Crédito Rural	1.263.131,03	9.523,99	1%
Empréstimo	392.995,05	2.668,39	0%
Financiamento	153.030,07	1.280,97	0%
Títulos Descontados	14.894,65	0,00	0%

Natureza dos Depósitos	Valor do Depósito	% em Relação à Carteira Total	Taxa Média - %
Depósitos a Vista	286.075,26	0,52%	0%
Depósitos a Prazo	2.192.149,89	0,95%	0,47%

No exercício de **2018** os benefícios monetários destinados às partes relacionadas foram representados por honorários e custeio parcial de plano de saúde, apresentando-se da seguinte forma:

BENEFÍCIOS MONETÁRIOS NO EXERCÍCIO DE 2018 (R\$)	
Honorários - Diretoria e Conselho de Administração	766.672,94
Encargos Sociais	233.319,94
Plano de Saúde	25.162,46

## 26. Cooperativa Central

A **COOPERATIVA DE CRÉDITO DO NORTE CATARINENSE E SUL PARANAENSE SICOOB CREDINORTE - SICOOB CREDINORTE**, em conjunto com outras cooperativas singulares, é filiada à **CCC DE SANTA CATARINA E RIO GRANDE DO SUL - SICOOB CENTRAL SC/RS**, que representa o grupo formado por suas afiliadas perante as autoridades monetárias, organismos governamentais e entidades privadas.

O **SICOOB CENTRAL SC/RS**, é uma sociedade cooperativista que tem por objetivo a organização em comum em maior escala dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiadas (cooperativas singulares), integrando e orientando suas atividades, de forma autônoma e independente, através dos instrumentos previstos na legislação pertinente e normas exaradas pelo Banco Central do Brasil, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços, para consecução de seus objetivos.

Para assegurar a consecução de seus objetivos, cabe ao **SICOOB CENTRAL SC/RS** a coordenação das atividades de suas filiadas, a difusão e fomento do cooperativismo de crédito, a orientação e aplicação dos recursos captados, a implantação e implementação de controles internos voltados para os sistemas que acompanhem informações econômico-financeiras, operacionais e gerenciais, entre outras.

O **SICOOB CREDINORTE** responde solidariamente pelas obrigações contraídas pelo **SICOOB CENTRAL SC/RS** perante terceiros, até o limite do valor das cotas-partes do capital que subscrever, proporcionalmente à sua participação nessas operações.

Saldos das transações da Cooperativa com a **SICOOB CENTRAL SC/RS**:

## 27. Gerenciamento de Risco



A gestão integrada de riscos e de capital no âmbito das cooperativas do Sicoob é realizada de forma centralizada pelo Sicoob Confederação, abrangendo, no mínimo, os riscos de crédito, mercado, liquidez, operacional, socioambiental, continuidade de negócios e de gerenciamento de capital.

A política institucional de gestão integrada de riscos e de capital, bem como as diretrizes de gerenciamento dos riscos e de capital são aprovados pelo Conselho de Administração do Sicoob Confederação.

A estrutura centralizada de gerenciamento de riscos e de capital é compatível com a natureza das operações e à complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob.

Em cumprimento à Resolução CMN 4.557/2017, encontra-se disponível no sítio do Sicoob ([www.sicoob.com.br](http://www.sicoob.com.br)) relatório descritivo da estrutura de gerenciamento de riscos e da estrutura de gerenciamento de capital.

### **27.1 Risco operacional**

O processo de gerenciamento do risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

Os resultados desse processo são apresentados à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração.

A metodologia de alocação de capital, para fins do Novo Acordo da Basileia, utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) de cooperativas enquadradas no Segmento 4 é a Abordagem do Indicador Básico (BIA).

### **27.2 Risco de Mercado e de Liquidez**

O gerenciamento do risco de mercado é o processo que visa quantificar a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pelas cooperativas, e inclui o risco da variação das taxas de juros e dos preços de ações, para os instrumentos classificados na carteira de negociação (trading) e o risco da variação cambial e dos preços de mercadorias (commodities), para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária (banking).

O processo de gerenciamento do risco de liquidez lida com a possibilidade de a cooperativa não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

No processo de gerenciamento do risco de mercado e da liquidez das cooperativas são realizados os seguintes procedimentos:

- a) utilização do VaR – Value at Risk para mensurar o risco de mercado das cooperativas;
- b) análise de descasamentos entre ativos e passivos para avaliação de impacto na margem financeira das cooperativas;
- c) definição de limite máximo para a exposição a risco de mercado;
- d) realização periódica de backtest do VaR das carteiras das cooperativas e dos modelos de cálculo de risco de mercado;
- e) definição de limite mínimo de liquidez para as cooperativas;



f) projeção do fluxo de caixa das cooperativas para 90 (noventa) dias;

g) diferentes cenários de simulação de perda em situações de stress.

### **26.3 Risco de Crédito**

O gerenciamento de risco de crédito objetiva garantir a aderência às normas vigentes, maximizar o uso do capital e minimizar os riscos envolvidos nos negócios de crédito por meio das boas práticas de gestão de riscos.

Compete ao gestor centralizado (Sicoob Confederação) a padronização de processos, de metodologias de análises de risco de clientes e de operações, da criação e de manutenção de política única de risco de crédito para o Sicoob, além do monitoramento das carteiras de crédito das cooperativas.

### **27.4 Gerenciamento de capital**

O gerenciamento de capital é o processo contínuo de monitoramento e controle do capital, mantido pela cooperativa para fazer face aos riscos a que está exposta, visando atingir os objetivos estratégicos estabelecidos.

### **27.5 Risco Socioambiental**

O gerenciamento do risco socioambiental consiste na identificação, classificação, avaliação e no tratamento dos riscos com possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de danos socioambientais.

### **27.6 Gestão de Continuidade de Negócio**

A Gestão de Continuidade dos Negócios (GCN) é um processo abrangente de gestão que identifica ameaças potenciais de descontinuidade das operações de negócios para a organização e possíveis impactos, caso essas ameaças se concretizem.

O Sicoob Confederação realiza Análise de Impacto (AIN) para identificar processos críticos sistêmicos, com objetivo de definir estratégias para continuidade desses processos e, assim, resguardar o negócio de interrupções prolongadas que possam ameaçar sua continuidade. O resultado da AIN é baseado nos impactos financeiro, legal e de imagem.

São elaborados, anualmente, Planos de Continuidade de Negócios contendo os principais procedimentos a serem executados para manter as atividades em funcionamento em momentos de contingência. Os Planos de Continuidade de Negócios são classificados em: Plano de Continuidade Operacional (PCO) e Plano de Recuperação de Desastre (PRD).

Anualmente são realizados testes nos Planos de Continuidade de Negócios para validar a efetividade.

## **28. Seguros contratados – Não auditado**

A Cooperativa adota política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

## **29. Índice de Basileia**

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução





CMN nº. 4.192, de 01/03/2013, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo cálculo dos limites:

O Patrimônio de Referência (PR) da **SICOOB CREDINORTE** encontra-se compatível com o grau de risco da estrutura dos ativos em **31 de dezembro de 2018**.

### **30. Benefícios a empregados**

A cooperativa é patrocinadora de um plano de previdência complementar para seus funcionários e administradores, na modalidade PGBL. O plano é administrado pela Fundação Sicoob de Previdência Privada – Sicoob Previ.

As contribuições dos funcionários e administradores da cooperativa são equivalentes a no máximo 3% do salário.

As despesas com contribuições efetuadas durante o exercício de 2017 totalizaram R\$ 63.682,17.

### **31. Outros assuntos**

Foi publicada, em 23 de fevereiro de 2017, a Resolução CMN nº. 4.557 que dispõe sobre as estruturas de gerenciamento de riscos e de capital, com a consequente revogação, a partir de 24 de fevereiro de 2018, das Resoluções CMN nº. 3.380/2006, 3.464/2007, 3.721/2009, 3.988/2011 e 4.090/2012.

Em razão disso, foi criada no **SICOOB CONFEDERAÇÃO**, a **Superintendência de Gestão de Risco e Capitais**, que vem promovendo a reestruturação administrativa e operacional para cumprimento das exigências previstas na Resolução CMN nº. 4.557/2017, de modo a atendê-la plenamente a partir de fevereiro de 2018.

Mafra/SC, 06 de Março de 2019.

---

**Valcir José Pscheidt**  
**Presidente**  
**CPF: 629.438.129-00**

---

**Michele Maria Ranck**  
**Contadora**  
**CRC/SC035758/O-0**  
**CPF: 027.414.719-08**

## RELATÓRIO DE AUDITORIA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao Conselho de Administração, à Administração e aos Cooperados da Cooperativa de Crédito do Norte Catarinense e Sul Paranaense - Sicoob Credinorte  
Mafra - SC

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações contábeis da Cooperativa de Crédito do Norte Catarinense e Sul Paranaense - Sicoob Credinorte, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa de Crédito do Norte Catarinense e Sul Paranaense - Sicoob Credinorte em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

## **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos o risco de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, e conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos o entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possam levantar dúvida significativa em relação a capacidade de continuidade operacional da cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo - SP, 6 de março de 2019.



Ronaldo Reimberg Lima  
Contador – CRC 1SP215393/O-1